

Demonstrações Financeiras

Fundação Romi

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Fundação Romi

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do superávit	6
Demonstração do resultado (superávit) abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho Deliberativo
Fundação Romi
Santa Bárbara d'Oeste - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Romi (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado (superávit) abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Romi em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem a resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002) - Entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem a resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002) - Entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

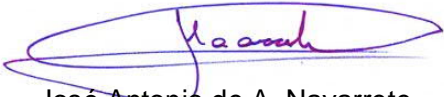
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 1SP198698/O-4

Fundação Romi

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	223.431	236.539
Aplicações financeiras	3	29.726.915	37.811.745
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber		604.692	200.111
Outros valores a realizar		112.303	89.382
Mensalidades escolares a receber	5	65.701	65.014
		30.733.042	38.402.791
Não circulante			
Aplicações financeiras	3	11.375.384	3.248.821
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	11.854.772	10.828.202
Outros Investimentos	3	2.918.239	2.918.239
Imobilizado	6	5.550.964	3.117.059
		31.699.359	20.112.321
Total do ativo		62.432.401	58.515.112

	Nota	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		586.615	39.209
Projetos educacionais e culturais vinculados	15	47.258	90.794
Salários e encargos sociais		423.989	323.863
Adiantamento de mensalidades escolares		491.543	112.909
Total do passivo		1.549.405	566.775
Patrimônio social			
Superávit acumulado	7	51.281.786	49.373.697
Ajuste de avaliação patrimonial		9.601.210	8.574.640
Total do patrimônio social		60.882.996	57.948.337
Total do passivo e patrimônio social		62.432.401	58.515.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração do superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Nota	2018	2017
Receitas			
Doações da mantenedora		919.747	895.080
Receitas financeiras		2.837.732	4.217.237
Mensalidades escolares	5	1.423.796	1.157.232
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber		956.261	200.111
Outras doações		174.445	396.149
Outras receitas		101.013	73.060
Trabalho Voluntário	2.12	131.859	133.252
Recursos incentivados e convênios			
Projeto Educação Patrimonial CEDOC - IPHAN		-	16.954
Projeto Judô Sócio Educativo		-	141.356
Projeto Vozes Barbarenses - FMC		-	2.323
Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632		60.224	58.645
Projeto Trilhos e Trilhas		-	9.459
Projeto CEDOC Em Movimento		69.040	91.413
		6.674.117	7.392.271
Despesas			
Educação			
Educação Infantil			
Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil - CEDIN - Jardim I e II	13.1	-	(355.527)
Ensino Fundamental II			
Núcleo de Educação Integrada - NEI - 6º ao 9º ano	13.1	(3.394.838)	(2.525.843)
Cultura			
Centro de Documentação Histórica - CEDOC	13.2	(598.846)	(740.132)
Estação Cultural	13.2	(483.240)	(457.510)
Outras Despesas			
Trabalho Voluntário	2.12	(131.859)	(133.252)
Outras despesas diversas	14	(6.570)	(6.631)
Despesas com projetos incentivados e convênios			
Projeto Educação Patrimonial CEDOC - IPHAN		-	(16.954)
Projeto Judô Sócio Educativo	15	-	(141.356)
Projeto Vozes Barbarenses - FMC		-	(2.323)
Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632	15	(60.224)	(58.645)
Projeto Trilhos e Trilhas		-	(9.459)
Projeto CEDOC Em Movimento	15	(69.040)	(84.170)
		(4.744.617)	(4.531.802)
Superávit operacional		1.929.500	2.860.469
Outros resultados			
Despesas financeiras		(11.962)	(6.707)
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado, recebidos em doação		(9.449)	10.467
		(21.411)	3.760
Superávit do exercício		1.908.089	2.864.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração do resultado (superávit) abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit do exercício	1.908.089	2.864.229
Outros componentes do resultado (superávit) abrangente		
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	1.026.570	7.242.238
Total do resultado (superávit/) abrangente do exercício	<u>2.934.659</u>	<u>10.106.467</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração da mutação no patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio social
Saldo em 1º de janeiro de 2017	46.509.468	1.332.402	47.841.870
Total do resultado abrangente do exercício			
Superávit do exercício	2.864.229	-	2.864.229
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	7.242.238	7.242.238
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.373.697	8.574.640	57.948.337
Total do resultado abrangente do exercício			
Superávit do exercício	1.908.089	-	1.908.089
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.026.570	1.026.570
Saldo em 31 de dezembro de 2018	51.281.786	9.601.210	60.882.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.908.089	2.864.229
Ajustes para conciliar o superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	210.628	197.170
Ganho na alienação do imobilizado recebido em doação	9.449	(10.467)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Outros valores a realizar	(22.921)	(124.811)
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	(404.581)	(200.111)
Mensalidades escolares (NEI)	(687)	(34.583)
Fornecedores	4.448	(7.874)
Projetos culturais vinculados	(43.536)	(23.771)
Salários e encargos sociais	100.126	19.220
Adiantamento de mensalidades escolares	378.634	14.085
Aplicações financeiras e outros investimentos	(41.734)	(2.283.724)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.097.915	409.363
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.133.073)	(203.021)
Alienação do imobilizado recebido em doação	22.050	14.423
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.111.023)	(188.598)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13.108)	220.765
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	236.539	15.774
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	223.431	236.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações

31 de dezembro de 2018

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Fundação Romi (“Fundação” ou “Entidade”), constituída em 29 de junho de 1957, com sede em Santa Barbara d’Oeste, no estado de São Paulo, é uma entidade beneficente de educação e assistência social, declarada de utilidade pública federal (Decreto 655 de 8 de março de 1962), estadual (Decreto 35.527 de 19 de setembro de 1959) e municipal (Decreto 6001 de 3 de novembro de 2011), registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme Processo nº 123.390/60, Entidade Filantrópica, Processo 81.603/62, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado tempestiva e periodicamente, sendo o mais recente válido para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme Portaria 195 de 17 de agosto de 2018 publicada no DOU de 28 de agosto de 2018. Em 25/04/2018 foi encaminhada nova prestação de contas anual ao MEC para a manutenção do CENAS/Educação. Conforme Ofício 3038/2018/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES-MEC, a diligência foi atendida em 10 de outubro de 2018.

Considerando que todos os requisitos legais para a renovação foram atendidos, a Administração da Entidade entende estar amparada legalmente para continuar operando com a isenção da cota patronal, SAT e terceiros.

A Entidade tem por objetivo estatutário manter escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, na forma do artigo 209 da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislação aplicável; assistir a população carente, em situação de vulnerabilidade e riscos, especialmente crianças e adolescentes, a fim de preservar seus direitos fundamentais, satisfazer suas necessidades básicas e desenvolver integralmente as potencialidades cidadãs de tais pessoas; promoção do desenvolvimento social e cultural da cidade de Santa Bárbara d’Oeste e região.

A Entidade conta com um Fundo Patrimonial, composto pelos recursos das disponibilidades em aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo e dos investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, para assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto social (acima), o qual está evidenciado no artigo 7º, dos Estatutos Sociais, cujo o item IV estabelece que o montante a ser aplicado anualmente até o limite de 10% do Fundo Patrimonial apurado em trinta de novembro do ano anterior.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade e autorizadas para emissão em 25 de março de 2019.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Entidade adotou as práticas contábeis definidas na legislação societária brasileira aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e fundações, as quais incluem a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2. Bases para elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há outros pronunciamentos ou interpretações de CPCs em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

2.5. Aplicações financeiras

Os investimentos em aplicações financeiras são caracterizados como títulos disponíveis para venda e mensuradas pelo seu valor justo. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição destas aplicações financeiras são adicionados ao montante original.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da entidade para a gestão destes ativos financeiros. A entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

A entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

c) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)--Continuação*

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem mensalidade escolares a receber.

d) *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)*

A Entidade avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Entidade ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros investimentos não circulantes.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- e) *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)*

No reconhecimento inicial, a Entidade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

- f) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

f) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

g) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Entidade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para o saldo de mensalidades a receber, a Entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Entidade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Entidade estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

d) Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

d) *Empréstimos e recebíveis--Continuação*

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Não há instrumentos dessa categoria em 31 de dezembro de 2018.

e) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As doações de bens para imobilização são contabilizadas pelo seu respectivo valor de mercado, tendo como contrapartida, receita no resultado. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, exceto os bens considerados como obra de arte ou antiguidade.

2.8. Provisão para recuperação dos ativos a longo prazo

A Administração revisa o valor contábil dos ativos a longo prazo, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sua deterioração em bases periódicas e efetua o registro da perda de valor, se aplicável.

2.9. Apuração do superávit

As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica para programas e projetos são reconhecidas como receitas quando recebidas. As verbas recebidas pela Entidade direcionadas à execução de projetos sociais de cunho educacional ou cultural, bem como a receita financeira resultante da aplicação destes recursos antes de sua alocação aos referidos projetos, são reconhecidas como na rubrica "Projetos Educacionais e Culturais Vinculados", no passivo, e apropriadas ao resultado à medida que os gastos relacionados aos projetos são incorridos, conforme Nota 15. A totalidade das despesas é reconhecida pelo regime de competência.

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, exista a probabilidade provável de uma saída de recursos, e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

2.11. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Entidade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da depreciação e amortização.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Trabalho voluntariado

De acordo com a revisão da ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos, de 21 de agosto de 2015 (DOU de 02.09.2015), item 19, a receita e o respectivo custo dos trabalhos voluntários, referente aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e os demais voluntários do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão sendo reconhecidos pelos seus valores justos na demonstração do superávit.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>223.431</u>	236.539
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>223.431</u>	<u>236.539</u>
Fundos referenciados DI (a)	3.332.703	3.131.952
Fundos multimercado (a)	11.049.100	5.795.098
Fundos de renda fixa (a)	26.720.496	32.133.517
Outros investimentos (b)	2.918.239	2.918.239
Total de aplicações financeiras	44.020.538	43.978.805
Classificado como		
Circulante	29.726.915	37.811.745
Não circulante	14.293.623	6.167.060
	44.020.538	43.978.805

(a) As aplicações financeiras estão representadas principalmente por cotas de fundos, sendo que estes, pulverizados em suas estratégias, apresentam de forma preponderante, mas não exclusiva, em suas carteiras: títulos públicos da dívida federal, títulos pós-fixados referenciados em DI (depósito interbancário) ou índices de preços (NTN-B), CDBs (certificados de depósito bancário) atrelados ao CDI (certificado de depósitos interbancários), letras financeiras de grandes bancos nacionais, debêntures, taxas de juros e inflação, contratos de índices, moedas, ações, sendo todos, registrados a preços e taxas de mercado, em ambientes certificados legais e autorizados (CETIP, CBLC, bancos custodiantes) e estão registradas por seus respectivos valores justos.

(b) Referem-se à aplicação financeira de longo prazo com expectativa de recebimento por meio da alienação do imóvel dado em garantia nos certificados de recebíveis imobiliários o qual se mantém estável no valor atribuído de R\$2.918.239 (R\$2.918.239 em 2017).

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros referem-se a ações de Indústrias Romi S.A. foram caracterizados, para fins de reconhecimento e mensuração, como disponíveis para venda. Portanto, o ajuste a valor de mercado desse ativo tem como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio social, até a sua realização, no valor de R\$11.854.772 (R\$10.828.202 em 2017).

A seguir a demonstração do cálculo do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda das ações da Indústrias Romi S.A.:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Indústrias Romi S.A.		
Quantidade de ações ordinárias nominativas (participação equivalente a aproximadamente 2,24%) - unidades	1.406.260	1.406.260
Valor da ação no último dia útil do exercício findo em 31 de dezembro	8,43	7,70
	<u>11.854.772</u>	<u>10.828.202</u>

5. Mensalidades escolares

A Entidade possui mensalidades escolares a receber no montante de R\$65.701 (2017 - R\$65.014).

Apresentamos a seguir as receitas com as mensalidades escolares, bolsas concedidas e os descontos praticados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensalidade - Núcleo de Educação Integrada (NEI)	2.222.200	2.185.260
Bolsa Legal 100% - Lei 12101/2009 - NEI	(565.800)	(692.230)
Bolsa Legal 50% - Lei 12101/2009 - NEI	(114.390)	(87.395)
Bolsa Convenção (Acordo Coletivo de Trabalho) - NEI	(19.680)	(18.480)
Desconto Promocional - NEI	(98.534)	(229.923)
Subtotal - NEI	<u>1.423.796</u>	<u>1.157.232</u>
Mensalidade - Centro de Vivência do Desenvolvimento Infantil (CEDIN)	-	433.280
Bolsa Legal 100% - Lei 12101/2009 - CEDIN	-	(411.840)
Bolsa Convenção (Acordo Coletivo de Trabalho) - CEDIN	-	-
Desconto Promocional - CEDIN	-	(21.440)
Subtotal - CEDIN	<u>-</u>	<u>-</u>
Total líquido das receitas com mensalidades escolares	<u>1.423.796</u>	<u>1.157.232</u>

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	2018	2017
Edificações	4	3.179.819	3.179.819
Máquinas e equipamentos	10	21.928	21.928
Móveis e utensílios	10	1.411.943	953.686
Veículos	20	114.895	144.895
Pátios	10	175.185	175.185
Equipamentos de informática	20	860.816	746.840
Outras imobilizações		-	1.039
		5.764.586	5.223.392
Depreciação acumulada		(4.034.385)	(3.841.571)
		1.730.201	1.381.821
Terrenos		1.735.238	1.735.238
Obras em Andamento		2.085.525	-
		5.550.964	3.117.059

Segue abaixo a movimentação do ativo imobilizado:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	3.117.059	3.115.164
Imobilizações	590.507	203.021
Obras em andamento	2.085.525	-
Baixas	(31.499)	(3.956)
Depreciação	(210.628)	(197.170)
Saldo em 31 de dezembro	5.550.964	3.117.059

7. Patrimônio social

As receitas da Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais. De acordo com previsão estatutária, Capítulo VIII - Artigo 24, na eventual extinção da Fundação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição congênere ou afim, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de Santa Bárbara d'Oeste ou na região do município, que esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou, na sua falta, a entidade pública, conforme for fixado pelo Conselho Deliberativo, ouvido o Ministério Público.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Plano de previdência complementar

A Entidade mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados, nas modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

A natureza do plano permite que a Entidade, a qualquer momento, o suspenda ou descontinue suas contribuições de forma permanente. O custeio desse plano é suportado pela Entidade e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições efetuadas pela Entidade em 2018 foi de R\$8.758 (R\$4.543 em 2017).

9. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e a Administração estima que são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado, determinados por especialistas.

10. Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado.

11. Aspectos fiscais

A Entidade, na condição de entidade beneficente de assistência social, portadora do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, conforme item 1 - Contexto Operacional goza da imunidade tributária, no que se refere ao seu patrimônio social, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que assegurem esta imunidade, a qual sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Isenções usufruídas

Em atendimento à Lei 12.868/2013 que alterou a Lei 12.101/09 e ao Decreto 8.242/2014 que substitui o Decreto 7.237/10, os valores devidos relativos a isenções referentes à contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e terceiros garantidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$705.771 (R\$595.531 em 2017).

13. Investimentos educacionais e culturais

As informações relativas aos números de atendimentos foram obtidas dos controles internos definidos pela Entidade para tal finalidade. Considerando que essas informações são de natureza gerencial, portanto não sujeitas a procedimento de auditoria, as mesmas devem ser identificadas como decorrentes de controles internos julgados adequados pela administração da Entidade.

	2018		2017	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
13. DESPESAS/CUSTOS TOTAIS	287.232	4.476.924	37.121	4.079.010
13.1. EDUCAÇÃO				
13.1.1. EDUCAÇÃO INFANTIL				
13.1.1.1. Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil - CEDIN				
CEDIN, escola de educação infantil do ensino regular, com capacidade de atendimento de 120 crianças de 4 e 5 anos, jardim I e II, em período integral, voltada para crianças em situação de vulnerabilidade e risco social. A escola conta com a parceria da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara d'Oeste, SP. Projeto com Convênio encerrado em 31/12/2017.				
Custo da Escola	-	-	-	355.527
Alunos beneficiados	-	-	109	-
13.1.2. ENSINO FUNDAMENTAL II				
13.1.2.1. Núcleo de Educação Integrada - NEI				
NEI, escola regular de ensino Fundamental II, em período integral, num ambiente de educação integrada, de convivência, aprendizagem e interação social, capaz de promover o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional. Ao habilitá-los, através de desafios, busca-se uma aprendizagem contínua e formação geral de seus alunos.				
Custo da Escola	-	3.394.838	-	2.525.843
Alunos beneficiados	226	-	236	-

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos educacionais e culturais--Continuação

	2018		2017	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
13.2.2. Centro de Documentação Histórica - CEDOC				
O Centro de Documentação Histórica é um espaço de guarda do acervo documental relativo ao patrimônio histórico da cidade e região, onde os frequentadores podem observar e vivenciar os trabalhos do Arquivo, assim como participar da mediação e relação do público com o acervo. Além do processamento técnico que permite o conhecimento histórico, tem na Educação Patrimonial, o seu projeto mais relevante, o acesso de estudantes, do município e região, a todo esse processo da construção do conhecimento e do elo afetivo com o meio onde vive e a ampliação do universo cultural. O envolvimento afetivo com a história de Santa Bárbara d'Oeste e região permite uma atenção maior da comunidade no que diz respeito à sua participação no destino do seu município.				
Custo do Projeto	-	598.846	-	740.132
Educação Patrimonial - participantes e online	4.076	-	7.410	-
Pesquisas diretas e on-line	3.898	-	6.400	-
Visitas monitoradas e espontâneas	157	-	1.020	-
Ações extramuros - Eventos, Celebração dos 60 anos da Fundação Romi e CEDOC em Movimento	256.023	-	6.700	-
Total de beneficiados no CEDOC	264.154	-	21.530	-
13.2.3. Estação Cultural				
Inaugurada em 2007, a Estação Cultural ocupa a centenária estação ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste, revitalizada e mantida pela Fundação Romi. Em sua trajetória mais de 200 mil pessoas já foram beneficiadas, gratuitamente, por meio de oficinas livres, culturais e de formação, projetos de fomento à economia criativa, de elevação do status cultural e de ações socioeducativas. A Estação Cultural é um lugar de encontros plurais e multiculturais onde a comunidade pode aprimorar a sua percepção acerca da cultura local e regional, divulgar valores, trocar vivências, adquirir conhecimentos, experimentar emoções, elaborar pensamentos, tomar iniciativas e ajudar a constituir a identidade cultural da cidade e região.				
Custo do Projeto	-	483.240	-	457.510
Oficinas Culturais - formação e geração de renda – beneficiados	513	-	551	-
Teatro na Estação - formação de público – participantes	200	-	-	-
Música na Estação - formação de público – participantes	1.290	-	5.660	-
Dança na Estação - formação de público – participantes	-	-	245	-
Literatura na Estação - formação de público - participantes	150	-	1.110	-
Projeto Ninho Musical - Ministério da Cultura - PRONAC 150632 – beneficiados	145	-	152	-
Virada Cultural Paulista - evento Secr. Cultura SP e parceria Secretaria de Cultura de SBO – participantes	14.500	-	3.400	-
Projeto Judô Sócio Educativo – participantes (*)	87	-	233	-
Projeto Capoeira Sócio Educativa – participantes	83	-	96	-
Encontros, Feiras e Exposições - beneficiados/participantes	4.347	-	2.951	-
Eventos diversos - participantes	-	-	-	-
Visitas espontâneas	1.537	-	848	-
Total de participantes/beneficiados da Estação Cultural	22.852	-	15.246	-
<i>(*) em 2018 o projeto foi executado sem vínculo com a Assistência Social</i>				

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras despesas diversas

Despesas tributárias, com seguros e despesas diversas no montante de R\$6.570 (2017 R\$6.631).

15. Projetos educacionais e culturais vinculados

Projeto Judô Socioeducativo - Prefeitura Municipal - Promoção Social - 2015

Projeto realizado pela Fundação Romi em parceria com Associação Paulo Alvim de Judô de Atibaia (APAJA) através do convênio firmado com a Secretaria Municipal de Promoção Social de Santa Bárbara d'Oeste, execução no período de janeiro de 2015 a junho de 2017.

Saldo em 31 de dezembro de 2016	444
Recursos recebidos no exercício de 2017	144.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	926
Contrapartida do proponente para encargos bancários Valor utilizado no exercício de 2017	<u>(141.356)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.014
Valor Devolvido à concedente do projeto	<u>(4.014)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>

Projeto Ninho Musical Pronac 150632

Projeto de formação de músicos para orquestra, aprovado pelo MinC - Ministério da Cultura através da Lei Rouanet (Lei 8313/1991) pela Portaria 315 de 02/06/2015 (DOU 03/06/2015), no valor de R\$149.279, com captação parcial de R\$60.000, através de patrocínio da empresa CCR - Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeiras S.A. em outubro de 2016. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2017.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Projetos educacionais e culturais vinculados--Continuação

Projeto Ninho Musical Pronac 150632

Saldo em 31 de dezembro de 2016	60.411
Recursos recebidos em 28 de dezembro de 2017	60.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	2.183
Valor utilizado no exercício de 2017	<u>(58.645)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.950
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2018	1.884
Valor utilizado no exercício de 2018	<u>(60.224)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>5.610</u>

Projeto CEDOC em Movimento - 2017

Projeto de Educação Patrimonial realizado através de convenio com a Caixa Econômica Federal assinado em abril de 2017 no valor de R\$200.000,00. O recurso é proveniente do Programa CAIXA de Apoio ao patrimônio Cultural Brasileiro 2017/2018, realizado no período de 3 de abril de 2017 a 28 de dezembro 2018. O objetivo do projeto é realizar ações educativas direcionadas aos educadores, aos estudantes e à comunidade de Santa Bárbara d'Oeste e região.

Recursos recebidos no exercício de 2017	113.170
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	1.071
Valor utilizado no exercício de 2017	<u>(91.412)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.829
Recursos recebidos no exercício de 2018	86.830
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2018	1.029
Valor utilizado no exercício de 2018	<u>(69.040)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>41.648</u>

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Projetos educacionais e culturais vinculados--Continuação

Projeto Trilhos e Trilhas - 2017

Conselho Municipal de Política Cultural - 2017

Projeto em comemoração aos 100 anos do prédio da antiga estação ferroviária, aprovado e contratado pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, através do Concurso nº 02/2016 do Conselho Municipal de Política Cultural, com recurso do Fundo Municipal de Política Cultural. Processo Administrativo nº 2016/354-03-07, Contrato nº 34/2017 assinado em 3 de abril de 2017 no valor de R\$9.460, e execução no período de junho a dezembro de 2017.

Recursos recebidos no exercício de 2017	9.460
Valor utilizado no exercício de 2017	(9.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1</u>
Valor devolvido ao projeto	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>
Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2017	<u>90.794</u>
Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2018	<u>47.257</u>

16. Contingências

A Entidade possui processo cível no montante de R\$144.498, para o qual a Administração apoiada por seus consultores jurídicos entende que a probabilidade de perda é possível. Nenhuma provisão foi constituída.


FUNDAÇÃO ROMI
VAINER JOÃO PENATTI


JOSIANE PERDIGÃO GIBIN
Contadora CRC 1SP202143/C-8
CPF: 278.895.688-60